

## DOSSIÊ

### EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE INCERTEZAS

#### Proponentes

Prof. Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva

Prof. Dr. André Luiz Ferreira De Oliveira

Este dossiê é formado por oito artigos submetidos para apresentação na III Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação (III Jorneduc), realizada entre 04 e 06 de setembro de 2018, em Brasília-DF, cujo lema era “Educação em tempos de incertezas”. Os trabalhos que compõem este dossiê foram selecionados entre os aprovados para publicação nos anais do evento. Os dois melhores trabalhos, segundo avaliação dos coordenadores dos quatro eixos temáticos (Políticas públicas educacionais; Educação e trabalho; Educação, uso das tecnologias e sociedade do conhecimento; e, Educação e diversidade), compõem esta coletânea. Com isso, apresentamos um recorte da Jornada de modo a contemplar a diversidade de temas e a qualidade das reflexões e dos diálogos realizados sobre inclusão, sobre evasão, sobre os desafios da escola e do docente, bem como sobre o papel de cada um deles para a melhoria da educação brasileira, num contexto social, político e econômico de profundas incertezas.

- **IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC): INCLUSÃO EXCLUDENTE**  
Italan Carneiro
- **ESTUDO DAS RAZÕES DA PERSISTÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CAMPUS SÃO SEBASTIÃO**  
Ana Luisa Knop Henriques Modesto, Claudio Nei Nascimento da Silva
- **INTEGRAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: NOVOS DESAFIOS PARA O DISTRITO FEDERAL**  
Cláudio Hiroshi Nakata
- **IDENTIDADE DOCENTE DOS PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB**  
Eder Alonso Castro, Walter Guarnier Lima Júnior
- **O ALUNO E O PAPEL DO PROFESSOR NO CONTEXTO TECNOLÓGICO CONTEMPORÂNEO**  
Luiz Henrique Rezende Lourenço, Gabriela Maciel Carneiro
- **TRANSVALORAÇÃO DO CORPO DOCENTE – URGÊNCIAS EM TEMPOS DE IMERSÃO TECNOLÓGICA**  
Diogo Canhadas
- **A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO ESCOLAR NO FORTALECIMENTO DE IDENTIDADES ÉTNICAS**  
Elaine Caldeira, George Lauro Ribeiro de Brito
- **ACESSIBILIDADE, COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO: APRENDIZAGEM DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA PELOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS TAGUATINGA – IFB**  
Girlane Maria Ferreira Florindo, Suellen Neto Pires Maciel

## EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Autor | Author

ITALAN CARNEIRO\*  
italancarneio@gmail.com

### IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC):

### INCLUSÃO EXCLUDENTE

### IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL PROGRAM FOR AC- CESS TO TECHNICAL EDUCATION AND EMPLOYMENT (PRONATEC): EXCLUDING INCLUSION

**Resumo:** O presente trabalho analisa a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), utilizando pesquisa documental e bibliográfica com o objetivo de compreender as bases epistemológicas que alicerçam suas propostas. A partir das questões encontradas, podemos classificar o Programa como uma iniciativa voltada prioritariamente aos interesses e demandas dos setores produtivos, em detrimento das necessidades humanas de formação advindas da classe trabalhadora, caracterizando-se, assim, como um projeto antagônico ao assumido atualmente pela Rede de Educação Profissional e Tecnológica Brasileira.

**Palavras-chave:** Pronatec; educação profissional; formação técnica; dualidade estrutural brasileira; currículo integrado.

**Abstract:** Using documental and bibliographic research, this work analyzes the implementation of the National Program of Access to Technical Education and Employment (Pronatec), with the objective of understanding the epistemological bases that underpin its proposals. Based on the issues found, we can classify the Program as an initiative focused primarily on the interests and demands of the productive sectors, in detriment of the human needs coming from the working class, thus characterizing itself as an antagonistic project to the one presently assumed by the Brazilian Professional and Technological Education Network.

**Keywords:** Pronatec; professional education; technical graduation; Brazilian structural duality; integrated curriculum.

#### DOSSIÊ

#### Educação em tempos de incertezas

##### Proponentes

Prof. Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva  
Prof. Dr. André Luiz Ferreira De Oliveira

#### INTRODUÇÃO

Abordamos neste trabalho um pequeno recorte da pesquisa de doutorado intitulada “Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Instrumento Musical do IFPB: reflexões a partir dos perfis discente e institucional”<sup>1</sup>, que,

1 Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Música, subárea de Educação Musical da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do prof. Dr. Luis Ricardo Silva Queiroz. Disponível em: <[https://www.academia.edu/35060454/Curso\\_T%C3%A9cnico\\_Integrado\\_ao\\_Ensino\\_M%C3%A9dio\\_em\\_Instrumento\\_Musical\\_do\\_IFPB\\_reflex%C3%B5es\\_a\\_partir\\_dos\\_perfis\\_discente\\_e\\_institucional](https://www.academia.edu/35060454/Curso_T%C3%A9cnico_Integrado_ao_Ensino_M%C3%A9dio_em_Instrumento_Musical_do_IFPB_reflex%C3%B5es_a_partir_dos_perfis_discente_e_institucional)>. Acesso em: 19 abr. 2018.

como um dos seus objetivos específicos, buscou compreender a atual configuração da Educação Profissional Brasileira, utilizando, entre outras estratégias, a análise das políticas públicas educacionais. Neste artigo, abordamos especificamente o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Analisamos o programa a partir de fontes documentais, que contemplam leis, decretos, instrumentos, portarias, documentos do Ministério da Educação etc.; bem como pesquisa bibliográfica realizada a partir de trabalhos advindos das áreas da Educação e áreas afins, como Sociologia, História e Economia, consultados a partir de periódicos, anais de congressos e bancos de teses e dissertações etc.

## A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC

O crescimento experimentado pela economia brasileira ao longo da década de 2000 refletiu diretamente no aumento da demanda por “mão de obra especializada”, o que promoveu destaque na agenda nacional para as instituições e programas voltados à formação técnico-profissionalizante. Num contexto profundamente marcado por transformações no mundo do trabalho, como, por exemplo, o regime de produção flexível, novas questões impactaram drasticamente a relação dos trabalhadores com sua formação escolar realizada ainda na juventude.

Nesse cenário, o governo da Presidente Dilma Roussef, no ano de 2011, através da Lei nº 12.513, de 26 de outubro, instituiu o “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego” (Pronatec), que se configura como um conjunto de ações “a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (BRASIL, 2011c, p. 1). O programa abarcou as escolas públicas estaduais, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Serviços Nacionais de Aprendizagem (Senai, Senac, Senat e Senar). Entre as iniciativas do Pronatec, destaca-se a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com duração mínima de 160 horas e concessão da Bolsa-Formação Trabalhador. Normatizando a oferta dos cursos do programa, o Ministério da Educação elaborou um guia que atualmente conta com 644 opções de cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos, a partir das suas características científicas e tecnológicas (BRASIL, 2013). Na Exposição de Motivos da criação do programa, o objetivo central do Pronatec foi destacado como:

[...] oferecer oportunidade de formação profissional aos trabalhadores e jovens estudantes brasileiros, cri-

ando condições favoráveis para sua inserção no mercado de trabalho e enfrentando um dos maiores desafios colocados hoje para a continuidade do crescimento econômico do País, que é a falta de mão de obra qualificada. (BRASIL, 2011b, p. 2).

Mais adiante, o documento reforça a finalidade de “suprir mão de obra qualificada para o desenvolvimento do País e de representar instrumento de inclusão social das camadas mais pobres da população” (BRASIL, 2011c, p. 3). Nesse contexto, conforme análise de Santos e Rodrigues (2012, p. 5), “a Educação Profissional torna-se, então, uma ferramenta central para suplantar essa defasagem [de mão-de-obra] e, ao mesmo tempo, relega para o âmbito da iniciativa pessoal a busca por qualificar-se para a inserção no mercado de trabalho”. Sobre o aspecto “individualizante” acima mencionado, Reis (2013) indica que ele configura uma característica extremamente presente nos processos de educação voltados prioritariamente para o mercado de trabalho. O autor ressalta que, “caso essa formação não obtenha êxito, a culpa é individualizada e destinada ao próprio indivíduo” (REIS, 2013, p. 65), negligenciando-se o aspecto social que compõe toda e qualquer atividade humana.

Apesar das questões levantadas, o programa obteve uma boa aceitação social, tendo recebido críticas, basicamente, apenas dos estudiosos que se debruçam sobre as relações entre Educação e Trabalho. Analisando esse panorama, Moura (2013a) argumenta que:

[...] a sociedade em geral, principalmente grandes contingentes das classes trabalhadoras populares não organizadas – historicamente alijadas do acesso a uma educação de qualidade socialmente referenciada e a outros direitos sociais que, em seu conjunto, viabilizaria uma compreensão crítica da realidade vigente –, está sempre ávida por qualquer migalha que lhe seja atirada e, dessa forma, tende a aplaudir, agradecer e reivindicar por mais algumas dessas migalhas. (MOURA, 2013a, p. 717).

## ANÁLISE DAS PROPOSTAS DO PRONATEC

O programa destaca como um de seus atributos a presença de duas “grandes novidades”, sendo a primeira delas a criação da Bolsa-Formação, anteriormente mencionada, e a segunda consistindo na:

[...] ampliação do chamado FIES, que – adotando o novo nome de Fundo de Financiamento Estudantil – financiará a partir de agora a realização de Cursos Técnicos subsequentes por estudantes egressos do Ensino Médio e a oferta, por empresas, de cursos de EPT para

funcionários ou terceiros. Em ambos os casos, os cursos financiados serão oferecidos por escolas privadas habilitadas pelo MEC ou escolas vinculadas aos Sistemas Nacionais de Aprendizagem. (BRASIL, 2011e, p. 6).

Desse modo, podemos afirmar que o programa apresenta, em sua estrutura, espaços onde se evidenciam relações entre a atuação pública e a privada para o atendimento de suas metas, de modo que uma de suas características configura a transferência de recursos da esfera pública para as instituições de ensino da rede privada. Corroborando com esse entendimento, Silva (2012, p. 7) indica que “o primeiro aspecto que sobressai da leitura da lei [nº 12.513/2011, que instituiu o programa], é o financiamento das instituições particulares de ensino, com verbas públicas”. Confirmando essa análise, Moura (2013b, p. 23) indica que o Pronatec promove a “transferência de recursos públicos para a iniciativa privada na EP [Educação Profissional]”. Desse modo, conforme Santos e Rodrigues (2012, p. 2), foram criadas “zonas de sobreposição entre o público e o privado de maneira a possibilitar a emergência das contradições em suas concepções e práticas”. Argumentando nessa perspectiva, Silva (2012) ressalta que:

Este programa dispõe um conjunto de diretrizes normativas e de incentivos financeiros para o segmento educacional em foco. Contudo, em linhas gerais, o Pronatec revela um agudo antagonismo em face da própria intenção governamental de investir na expansão das escolas técnicas públicas, guardando significativo sabor de caráter privatista. (SILVA, 2012, p. 2).

Atestando as análises realizadas acerca da aproximação do Pronatec junto à iniciativa privada, especificamente a partir da sua vinculação ao Sistema S, Motta e Frigotto (2017) apresentam os seguintes dados:

Em levantamento realizado em julho de 2015 (não publicado), constatamos que a União transferiu recursos para o programa, em 2014, no montante de R\$ 2.648.668.385,35, sendo que R\$ 2.581.208.152,00 foram destinados ao Sistema S. Até junho de 2015, em meio aos cortes na educação, tinham sido transferidos para o Pronatec R\$ 551.413.899,65 e, desse montante, R\$ 518.393.229,20 foram destinados ao Sistema S. Além da quase totalidade dos recursos públicos voltados para o “Ensino Técnico e ao emprego” – parte da sigla do programa – ter sido destinada ao setor privado, os cursos ofertados foram focados na FIC, isto é, em cursos de curta duração e voltados para o trabalho simples ofertados pelo Sistema S. (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 361).

Desse modo, aprofundando a reflexão acerca da natureza do Pronatec, indicando a vinculação do programa aos ideais (neo)liberais de caráter privatista, Silva (2012) argumenta:

Eis um lastimável sintoma do desrespeito com a educação pública e com as necessidades da população. De resto, é forçoso inferir que a transferência de recursos públicos para as instituições particulares de ensino se insere em um fenômeno político e ideológico de envergadura, que viceja sobremodo nas últimas duas décadas: refiro-me a uma concepção de políticas públicas e, com efeito, a uma dada perspectiva sobre os contornos e o papel do Estado, que privilegia a gestão privada de serviços de interesse público. A hegemonia do pensamento de corte liberal-conservador traduz-se, sem lugar à dúvida, em práticas e valores assumidos como adequados e naturais, em diferentes esferas do Estado e por significativas parcelas da sociedade civil. A educação e o ensino médio técnico e profissional, por sua vez, não escapam a esse universo canônico de práticas e de valores, que recorrentemente se manifesta, de modo parasitário, no padrão da atuação do Estado brasileiro em diferentes atividades econômicas e de interesse coletivo. (SILVA, 2012, p. 9-10).

O Pronatec ocupa, atualmente, grande espaço nos debates sobre a Educação Profissional dentro dos Institutos Federais, assim como na literatura que discute o ensino e a formação profissional no país, tendo sido entendido como a “negação do currículo integrado”<sup>2</sup>. Nesse sentido, destacamos o posicionamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE:

Para a CNTE e grande parte das entidades educacionais e de representantes de trabalhadores excluídas do debate oficial, na esfera de governo e na Câmara dos Deputados, a estrutura do Pronatec ameaça o conceito e os pressupostos da educação técnica profissional de nível médio, consolidados, sobretudo, pelo Decreto nº 5.154, de 2004, e pela Lei nº 11.741, de 2008 [...] (CNTE, 2011, p. 179, grifos nossos).

Concordando a análise empreendida pela CNTE, podemos caracterizar o Pronatec a partir do conceito de “inclusão excludente”, utilizado por Kuenzer (2002, p.

2 Para uma maior compreensão acerca da atual da proposta do Currículo Integrado, consultar: CARNEIRO, Italan. Currículo Integrado e Educação Politécnica. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., Natal/RN, 2016. Anais... Natal/RN: Centro Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas: 2016. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA3\\_ID9345\\_08082016191418.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA3_ID9345_08082016191418.pdf)>. Acesso em: 10/01/2018.

14-15) para definir “as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo”. A autora refere-se às estratégias dessa natureza como:

[...] o conjunto das estratégias que apenas conferem “certificação vazia”, e por isto mesmo, se constituem em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência. (KUENZER, 2002, p. 15, grifos da autora).

A precarização da formação ofertada pelo programa se concretiza não apenas pelo processo aligeirado, mas também pela precária seleção dos profissionais que irão ministrar os cursos, realizada através de processos de seleção pública simplificada para professor bolsista. Nos cursos ofertados dentro dos Institutos Federais, por exemplo, normalmente podem participar da seleção os servidores ativos (professores efetivos, substitutos ou temporários e técnicos administrativos); os inativos do quadro de pessoal dos institutos; além de profissionais externos. Segundo, o Art. 9º, parágrafo 3º, da Lei nº 12.513, “as atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do Pronatec não caracterizam vínculo empregatício, e os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos” (BRASIL, 2011c, p. 2). Nesse contexto, é importante destacar que o déficit de mão de obra qualificada que o país atravessa, “fruto do descaso de décadas com a formação de qualidade do trabalhador – não deve ser tratado ao estilo de uma operação ‘tapa-buraco’ e sem o devido compromisso público. Se assim for, corre-se o risco de repetir desempenhos pífios e desperdiçar dinheiro público” (CNTE, 2011, p. 180).

### **PRONATEC X CURRÍCULO INTEGRADO: CORRELAÇÕES DE FORÇAS ANTAGÔNICAS**

Podemos argumentar que iniciativas como o Pronatec, estando inserido dentro do governo que instituiu a concepção integrada de educação como eixo estruturante dos Institutos Federais, explicitam as divergências ideológicas conflitantes instaladas no atual plano de governo, pois o referido programa pode ser entendido como uma iniciativa que:

[...] explicita o compromisso com uma modernização tecnológica que, por meio da formação de técnicos

hábéis para desenvolverem a indústria em expansão e, conseqüentemente, o crescimento econômico, [porém] não apresenta preocupações com a fixação de sentidos para amenizar as injustiças e as desigualdades entre pobres, ricos e demais marginalizados [...] (MEDEIROS; LEITE; PEREIRA, 2013, p. 145).

Vale lembrar que esse mesmo governo teceu severas críticas – em textos como o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio – aos governos anteriores, que acentuaram a histórica dualidade estrutural que permeia o sistema de ensino brasileiro. Refletindo acerca dos posicionamentos explicitamente antagônicos, materializados em documentos e programas contraditórios do atual governo, Moura (2013a) argumenta que este

Às vezes adota o discurso da politécnica e da formação humana integral, mas, nesse caso, vai muito pouco além das palavras. Outras vezes assume, em nome dos interesses dos trabalhadores e dos mais pobres, o que, na verdade, interessa ao capital. Nesse caso, vai além das palavras e promove ações efetivas, inclusive, financiando-as regamente. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é um exemplo emblemático na atualidade. (MOURA, 2013a, p. 717).

Assim, podemos observar que o currículo integrado e o Pronatec, apesar de serem frutos do mesmo governo, configuram iniciativas construídas sob correlações de forças políticas distintas, de modo que, concordando com Medeiros, Leite e Pereira (2013, p. 151), “entendemos que os sentidos que circulam nos discursos das Políticas de Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio apresentam diferentes raízes, que visam a finalidades educacionais ambivalentes e contraditórias”.

Ilustrando esse processo de embates, podemos ressaltar as contradições estabelecidas entre as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e as novas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM), estas últimas estando arraigadas em uma concepção de formação humana instrumental e utilitária, podendo ser sintetizadas nas características apontadas por Moura (2013a):

[...] centralidade nas competências; submissão explícita da escola e da formação humana à lógica do mercado de trabalho; ênfase nas certificações parciais, ensejando a volta da modularização e das saídas intermediárias; priorização das formas subseqüente e concomitante ao ensino médio em detrimento do EMI [Ensino

Médio Integrado]. (MOURA, 2013a, p. 718).

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, por sua vez, partem do entendimento de que “o Ensino Médio, fundamentado na integração das dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, pode contribuir para explicitar o significado da formação na etapa conclusiva da Educação Básica, uma vez que materializa a formação humana integral” (BRASIL, 2013c, p. 190). Para ilustrar a proposta de formação integral apresentada no documento, destacamos o trecho do item 5, “Pressupostos e fundamentos para um Ensino Médio de qualidade social”, no qual são discutidos trabalho, ciência, tecnologia e cultura como dimensões integrantes da formação humana.

Uma formação integral, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida e/ou questionada nas suas manifestações.

Assim, evidencia-se a unicidade entre as dimensões científico-tecnológico-cultural, a partir da compreensão do trabalho em seu sentido ontológico (BRASIL, 2013c, p. 162)

Garcia (2013, p. 55) aponta ainda, como característica das novas DCNEM, a proposta de “elaboração de currículos mais criativos e sintonizados com as demandas contemporâneas e o fortalecimento do diálogo com as juventudes que estão dentro e fora de nossas escolas, superando, portanto, o conceito de currículo por competências comportamentais”. Reforçando o aspecto contraditório do atual cenário político-educacional, Moura (2013a) enfatiza uma importante questão, apontando o desequilíbrio que favorece aos interesses hegemônicos:

A aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e a homologação pelo ministro das DCNEM, que apontam na direção da formação integral dos sujeitos, é, evidentemente, um avanço, mas a sua materialização não está garantida, inclusive porque o necessário financiamento não foi assegurado, pois o horizonte que se coloca para ampliar os investimentos em educação para 10% do PIB é de 10 anos e isso ainda não está aprovado definitivamente. Enquanto isso, as DCNEPTNM, que vão em direção contrária, já contavam com amplo financiamento por meio do PRONATEC, ainda antes de terem sido homologadas. (MOURA, 2013a, p. 718).

## CONCLUSÃO

Acerca desse contexto de embate entre a formação politécnica, pretendida pelo currículo integrado, e a proposta de programas de caráter tecnicista, como o Pronatec, remetemos à pertinente reflexão de Kuenzer (1989):

Daí a questão ser política, e não metodológica, por depender do tipo de homem que se pretende formar: o que domine apenas “formas de fazer”, e portanto submisso e dependente de especialistas que concebem o trabalho externamente a ele, rebaixado à condição de mero executor. Ou o que domine os princípios teóricos e metodológicos que exijam suas ações instrumentais, de modo a dominar um trabalho em sua dimensão de totalidade e ao mesmo tempo exercer sua capacidade criativa. (KUENZER, 1989, p. 24).

Nesse sentido, destacamos que apesar de toda uma vinculação legal que determina a oferta da formação profissional numa perspectiva voltada à formação integral dos sujeitos (politécnica), através das concepções encontradas na atual proposta do Currículo Integrado, o contexto educacional brasileiro ainda encontra-se marcado predominantemente por práticas tecnicistas de ensino vinculadas diretamente aos interesses dos diversos setores produtivos. Faz-se necessário ressaltar que as distintas classes sociais lutam pela efetivação dos projetos educacionais (via de regra, antagônicos) que possibilitem a materialização dos seus interesses, fato que explica a presença de propostas que, desconsiderando todo os avanços alcançados pela Educação Técnica-Profissionalizante, desde sua formalização no início do séc. XX, visam à precarização da formação voltada aos trabalhadores, por meio de “processos educativos” que se resumem em “processos de adestramento” voltados à realização de atividades necessárias aos setores produtivos. É importante enfatizar que consideramos o referido “processo de adestramento” como uma formação “desumanizadora”, visto que não contribui para o desenvolvimento das características do ser humano como ser histórico, social, político e cultural, promovendo, na verdade, o seu “embrutecimento” ou “mecanização”, pois naturaliza o desenvolvimento do seu trabalho físico (corporal) dissociado do seu trabalho mental (intelectual).

A partir dos argumentos expostos ao longo do texto, podemos indicar que, no atual contexto da Educação Profissional Brasileira, o Pronatec caracteriza-se como o principal programa educacional advindo de política pública, mas voltado aos interesses dos detentores dos meios de produção que almejam “mão de obra ba-

rata”, promovendo a perpetuação da histórica “dualidade estrutural” da educação brasileira, que divide nossa escola entre aquela que promove formação humana (propedêutica) e aquela que promove a formação de trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Exposição de Motivos Interministerial nº 19, de 28 de abril de 2011. 2011b. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=9366504165FE6BCE2E8E39E074061331.node1?codteor=864722&filename=Tramitacao-MS+112/2011+%3D%3E+PL+1209/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9366504165FE6BCE2E8E39E074061331.node1?codteor=864722&filename=Tramitacao-MS+112/2011+%3D%3E+PL+1209/2011)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Leis, Decretos. Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). In: **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 27/10/2011, p. 1 (Publicação Original). 2011c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12513-26-outubro-2011-611700-publicacaooriginal-134061-pl.html>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Guia PRONATEC de cursos FIC. 3. ed. Brasília: MEC/SETEC, 2013. Disponível em: <[http://pronatec.mec.gov.br/fic/pdf/2013\\_guia\\_cursosfic\\_port\\_899.pdf](http://pronatec.mec.gov.br/fic/pdf/2013_guia_cursosfic_port_899.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2017.

CNTE/CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Os riscos do Pronatec para a educação técnica Profissional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 179-184, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/57/54>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

GARCIA, S. R. de O. Ensino Médio e Educação Profissional: breve histórico a partir da LDBEN nº 9394/96. In: AZEVEDO, J. C. de; REIS, J. T. **Reestruturação do ensino médio**: pressupostos teóricos e desafios da prática. São Paulo: Fundação Santillana, 2013. p. 49-64.

KUENZER, A. Z. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 68, p. 21-28, fev. 1989. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/826.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Exclusão incluyente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). **Capitalismo,**

**trabalho e educação**. Campinas: Editora Autores Associados. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer\\_1.pdf](http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer_1.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MEDEIROS, V. M. L.; LEITE, J. B. C.; PEREIRA, M. Z. da C. Trajetória histórica das políticas curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível médio no Brasil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p.137-153, mai./ago. 2013. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/1320>>. Acesso em: 20 out. 2015.

MOTTA, V. C. da; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 38, n. 139, abr./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil nos anos 2000: movimentos contraditórios. In: MOURA, D. H. (org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2013b.

REIS, J. M. dos S. A pedagogia industrial da FIEMG: um estudo sobre o pensamento empresarial a partir da Revista Vida Industrial (1961-1974). 2013. 199 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13651/1/PedagogiaIndustrialFIEMGparte1.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

SANTOS, M. I. dos; RODRIGUES, R. de O. Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC). **Revista #Tear**, Canoas, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <[http://www.pdoaj.com/pdf-files/1-15%20v.%201,%20n.%202%20\(2012\).pdf](http://www.pdoaj.com/pdf-files/1-15%20v.%201,%20n.%202%20(2012).pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

SILVA, R. B. da. A Educação Técnica e Profissional e a Lei do Pronatec. **Revista Democratizar**, Rio de Janeiro/RJ, v. 6, n. 1, jan./jul. 2012.

## CURRÍCULO

\* Professor e coordenador do Curso de Instrumento Musical do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, *Campus* João Pessoa. Doutor em Música na subárea de Educação Musical pelo Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Especialista em Educação a Distância pelo SENAC-PB e especialista em Supervisão e Orientação Educacional pelo Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa - CINTEP. Bacharel (com Láurea Acadêmica) em Percussão Erudita pela Universidade Federal da Paraíba e Licenciado em Bateria pela Universidade Federal da Paraíba. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Lidera o grupo de pesquisa LecionaMus voltado para a pedagogia dos Instrumentos Musicais. Atua ainda como músico instrumentista no cenário musical paraibano.